

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL VISTA COMO EDUCAÇÃO POLÍTICA: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

*Environmental Education seen as Political Education: the Importance of Citizen Participation*

*Etiene Villela Marroni<sup>1</sup>, Magayo de Macêdo Alves<sup>2</sup> e Gustavo Gordo de Freitas<sup>3</sup>*

A Educação Ambiental não pode ser considerada como ciência única e exclusiva. Ela é originária das Ciências da Educação, que une as demais vertentes teóricas em torno de um único objetivo: respeito ao meio ambiente. Respeito que se refere não só as relações entre homem X natureza, mas, também, entre o homem e seus semelhantes. Este artigo detém-se, apenas, em uma ramificação da Educação Ambiental, ou seja, aborda, simplesmente, a Educação Política e sua relação com as comunidades que geram estrutura e suporte aos poderes estabelecidos democraticamente.

Se a Educação Ambiental está intimamente ligada à Educação em todos os níveis formais de ensino e ela própria situa-se no campo das ciências como Educação, cabem alguns questionamentos: Quem ensina e quem aprende? Como aprende? Para que aprende? Quando aprende?

Como o ser humano se desenvolve e em que situações, realmente, aprende, tem sido a grande preocupação dos educadores de todas as épocas. Qual a relevância do que se aprende e sua utilidade para assegurar melhor qualidade de vida para a população em geral?

Sabe-se que nada se realiza se não houver um nível de expectativa que nos faça crescer. Pode-se dizer que precisamos de estímulos, de causas concretas, que nos despertem a motivação para ir em frente, reunir argumentos e derrubar barreiras. Melhor fazemos em interação com pessoas do nosso meio, que se mobilizam em torno de objetivos comuns.

A educação é um processo orientado para que o indivíduo possa desenvolver-se ou crescer, levando em conta que esse desenvolvimento ou crescimento está intimamente ligado ao

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel) e coordenadora geral do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM). E-mail: etiene.marroni@ufpel.edu.br

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel) e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM). E-mail: magaiou\_n@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel) e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM). E-mail: gustavogordof@gmail.com

significado social do próprio grupo humano. Diz-nos Mosquera (1975) que os termos desenvolvimento, pessoa integrada, potencialidades, orientação, são enfoques que a educação delimita para o desenvolvimento das capacidades.

Tudo o que se pretende ensinar deve conter algo de vital importância para aquele que precisa e quer aprender. A vida de todo ser humano e de todo o contexto social pode ser considerada tanto uma realização quanto uma experimentação interrelacional. A ideia de transação é fundamental para que se entenda o desenvolvimento da vida e o desempenho do homem referente a sistemas organizados. Considerando o próprio ser humano como um sistema, a sociedade e a cultura como sistemas maiores, existe uma transação que se compõe de trocas, de retroalimentações que propiciam o desenvolvimento e o andamento dos sistemas.

Se a aprendizagem é vital para aprender a viver, o é muito mais para que se atinja a níveis mais altos no curso da vida. Nesse sentido, compreende-se a aprendizagem como um processo contínuo, independente de idade ou níveis de desenvolvimento. A aprendizagem pode ser explicitada através das mudanças de comportamento resultantes da experiência. É preciso reconhecer o interesse como força motivadora da aprendizagem. A aquisição de conhecimentos e a formação de hábitos apropriados de pensamento e ação dependem do interesse que nos motiva.

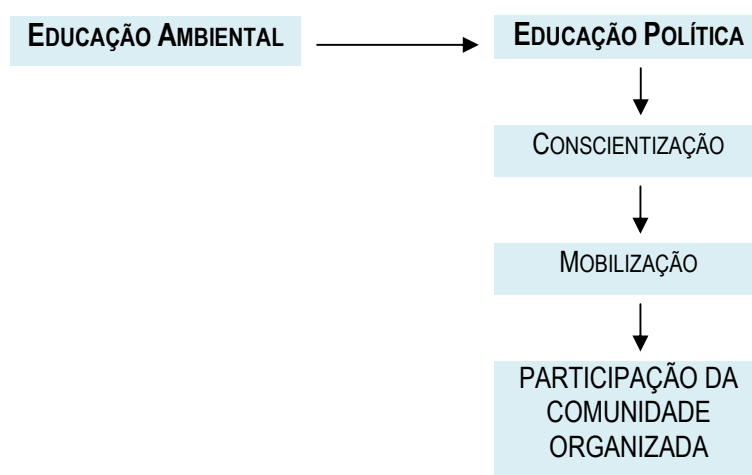
Toda a pessoa que habita e organiza sua vida num dado lugar tem interesse em propugnar por um ambiente que lhe proporcione tranquilidade, segurança, melhores condições de subsistência e bem estar social. Ela e os demais habitantes da localidade sabem reconhecer o que está bom e o que precisa ser mudado para melhorar. Mas como mudar? Quem pode mudar? Onde buscar orientações seguras respaldadas pela legislação?

É a partir de situações como esta que se percebe a importância da Educação Ambiental. A experiência do vivido remete o sujeito a um desequilíbrio (como diz Piaget) que o motiva a buscar novas respostas para enfrentar os desafios que surgem. Quem ensina, orienta, esclarece, reabastece-se em transações com aquele que vive a situação, organiza os agrupamentos, valoriza as boas iniciativas, divulga a legislação.

A Educação tomada em sentido amplo e a Educação Ambiental, como parte significativa desse todo, pressupõem ações fundadas no método dialético, ou seja, na arte de questionar, argumentar, ouvir e agir para transformar. Método que analisa a realidade, pondo em evidência suas contradições com a finalidade de superá-las. Desta forma, chega-se à ação política.

A partir do momento em que a Educação Ambiental passa a ser vista como Educação Política, o processo de conscientização configura-se como uma etapa natural e necessária. Em decorrência, verifica-se a mobilização da comunidade e sua participação efetiva em questões relativas ao seu meio ambiente.

Na Figura 1 demonstra-se, de maneira simples, a forma que a Educação Ambiental assume como Educação Política, evidenciando-se três etapas citadas.



**Figura 1:** Educação Ambiental como Educação Política

Fonte: MARRONI e ASMUS, 2005.

Para vencer essas três etapas é preciso, inicialmente, que haja empenho das lideranças envolvidas no sentido de promover ou facilitar a conscientização da comunidade como fator básico em qualquer tentativa de mudança. Conscientização é uma forma de superar o estado de alienação a que muitos cidadãos estão sujeitos numa sociedade caracterizada pela desigualdade social.

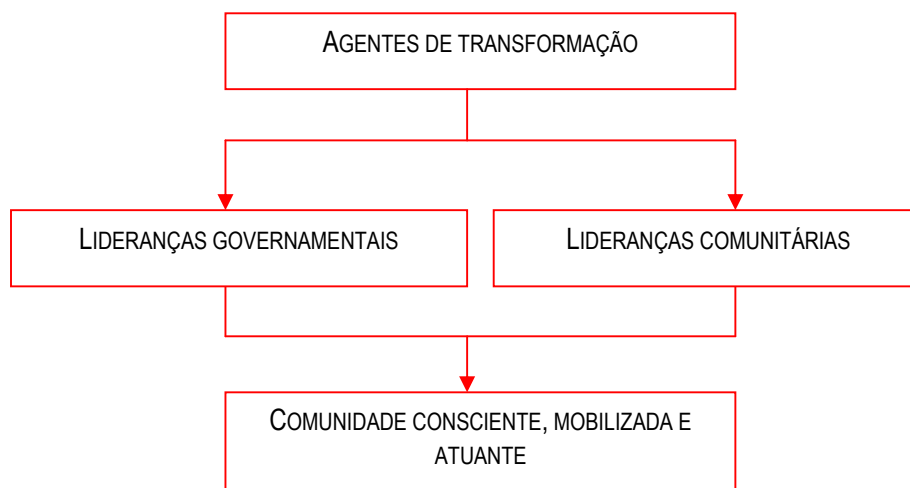
Para evitar que isso ocorra, é preciso oportunizar situações em que o homem possa repensar o seu papel sócio-político, adquirindo consciência da realidade que o cerca e de sua capacidade para mudá-la. Deverá entender que ação política ou empreendedora não consiste em assumir o poder, mas, sobretudo, agir para transformá-lo, propugnando por melhores condições de vida comunitária.

Diz um velho ditado que “só se aprende a fazer fazendo”. Pode-se acrescentar que só se aprende a ser, participando. É mais ou menos isso que Paulo Freire (2008) pensa quando se refere à

importância da práxis e do diálogo no processo de conscientização. É pela ação e na ação que o homem cresce, realizando-se como sujeito de sua história, assumindo responsabilidades para com o seu meio e para com os outros.

A comunidade consciente mobiliza-se quando existem objetivos comuns. A mobilização é um passo importante para a organização do meio ambiente, pois é através dela que se desencadeará a ação, ou seja, a participação nos processos de planificação e gestão pública. Nesta etapa, é importante a troca de informações e esclarecimentos que facilitem a formação de grupos afins, tendo em vista os interesses regionais. Geralmente, tais informações têm origem em pesquisas científicas ou em regulamentações de órgãos governamentais. Por isso, devem ser devidamente estudadas e compreendidas pelas lideranças envolvidas, para que esclareçam às comunidades, debatendo com elas os aspectos mais vagos ou complexos. As lideranças, em parceria com órgãos governamentais, precisam elaborar propostas para implementar planos de ação viáveis.

Na Figura 2 observam-se agentes de transformação que interferem nos processos de planificação e gestão.

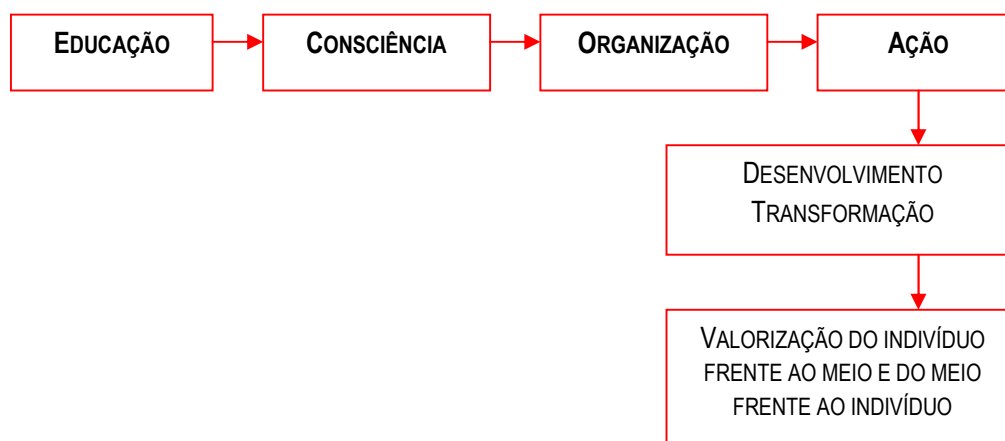


**Figura 2:** Agentes de Transformação

Fonte: MARRONI e ASMUS, 2005.

As lideranças conseguem interferir na organização de suas regiões, facilitando um maior poder de ação da comunidade frente ao seu meio e às instituições. Esta ação terá reflexos no desenvolvimento regional e na transformação gradual do indivíduo, o que se poderia caracterizar como

educação pelo exercício da cidadania. Portanto, o indivíduo torna-se um agente transformador do seu meio ambiente.



**Figura 3:** Etapas do processo participativo

Fonte: MARRONI e ASMUS, 2005.

Considerando a Educação Ambiental como Educação Política, busca-se delinear uma alternativa metodológica que facilite a análise e compreensão de planos de gestão. Sabe-se que a Educação Ambiental é um processo pelo qual os indivíduos são conscientizados sobre seu meio ambiente e obtém conhecimento, valores, habilidades, experiências e a determinação que os capacita a atuar – individual e coletivamente – em seu meio. Para tanto, é preciso encontrar respaldo em organismos de planificação ou gestão comunitária, que assegurem, a cada um, espaço de participação nos processos de estudo, discussão e encaminhamento de propostas ou projetos, objetivando minimizar ou suprir problemas ou necessidades da região.

A primeira providência deve ser no sentido de verificar se existe uma visão comum da realidade entre governo, técnicos e comunidade. Os desacertos naturais, que costumam ocorrer entre os diferentes grupos, podem ser resolvidos mediante a concertação, compromissos e alianças. Estes procedimentos colocam, em primeiro plano, a necessidade de favorecer a mais ampla participação cidadã em todos os momentos da planificação, formulação, aprovação, execução, acompanhamento e controle dos planos de gestão, bem como na concertação entre as diferentes instâncias institucionais. Na medida em que os governos enfrentam problemas, como a escassez de recursos financeiros, falta de capacidade de gestão ou a inexpressiva intervenção da comunidade nos assuntos regionais, as soluções devem ser planejadas, buscando-se um remanejamento eficiente das condições possíveis.

Conceber a planificação ou gestão como um processo contínuo, sustentável e participativo em que intervêm diversos setores sociais com interesses particulares que, conjuntamente com o Estado, propõe um projeto comum orientado para o benefício de todos os grupos populacionais de uma região, é garantia de êxito na busca de soluções pacíficas para conflitos que, eventualmente, surgem.

Um processo de planificação exitoso aumenta a credibilidade dos governantes, facilita a viabilidade da gestão e contribui para o fortalecimento de uma cultura democrática. Portanto, os planos de gestão constituem-se em um instrumento através do qual Estado e Sociedade delineiam um futuro coletivo promissor, em médio ou longo prazo, tendo por marco uma unidade territorial. Este futuro coletivo tem a ver com a definição de objetivos, estratégias e metas que definem ritmo e orientação às atividades. Neste sentido, deverá conter diversos ingredientes (políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, entre outros) articulados a propósitos concretos que se organizam, priorizando metas em função das necessidades populacionais.

É preciso saber se o plano contém uma dimensão investigativa. Para tal, cabe verificar se ele prevê: diagnóstico da região em estudo, elaboração de programas estaduais e municipais, projeção de recursos financeiros, objetivos claros e adequados, metas bem definidas, indicadores de avanço e sucesso, identificação de unidades executoras do programa principal, meios e instrumentos capazes de conduzir a um denominador comum. Fora isso, é necessário averiguar se sua “construção” prevê espaço de participação às populações. Este cuidado torna-se relevante na medida em que é através da participação de todos, tanto na construção do plano quanto nos atos de gestão, que se consolidará, de fato e de direito, o exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável de uma região.

Há um vazio a ser preenchido dentro do sistema normativo e legal, berço das iniciativas de planejamento e gestão governamentais. De acordo com Wildavsky (1979) “a análise de política recorre a contribuições de uma série de disciplinas diferentes, a fim de interpretar as causas e consequências da ação do governo”. A Educação Ambiental, como vertente multidisciplinar, poderá humanizar os encaminhamentos propostos pelos fazedores de política e, posteriormente, dos tomadores de decisão. Isso implica em um melhor relacionamento dos campos governamentais com a sociedade em geral.

Para Sauv  (2005), a Educa o Ambiental pode ser vista sob diversos enfoques, que est o acoplados a filosofias e direcionamentos diferenciados. Por isso, formam-se correntes distintas entre si, mas com um objetivo  nico: o reconhecimento da educa o como fundamento principal na rela o homem e meio ambiente.

Não é possível ensinar sem aprender. Sendo assim, qualquer planejamento, nesta direção, deverá ser aberto e cada etapa se redefinirá em função dos resultados anteriores. Os temas abordados ou conteúdos trabalhados são feitos e refeitos na medida em que determinado grupo avança em seu processo de desvelamento e transformação da realidade. A finalidade da ação educativa é a produção de novos conhecimentos. É mais importante cultivar um espírito e um método de experimentação do que comunicar, verticalmente, conhecimentos prontos, como ocorre com frequência. Para isso, buscam-se linhas de pesquisa que partam da experiência e da percepção do grupo e que tenham como objeto de estudo e de ação a realidade vivida.

Recusa-se todo o tipo de domesticação do diálogo e da dialética inerente à atitude dos que os propõem, entre os que ensinam e os que são ensinados, sendo o encaminhamento do diálogo previamente determinado pelo educador ou, então, que este proponha a análise do real tendo a conclusão já estabelecida.

Visando à mobilização da comunidade, sua organização para que se engaje em projetos de ação transformadora de seu meio, a ação cultural deverá partir de um conhecimento preciso das condições deste meio; de um reconhecimento das necessidades sentidas, ciente de que a razão de ser mais profunda da realidade que se apresenta nem sempre é percebida ou claramente definida pelas populações. A leitura da realidade, centrada na compreensão crítica da prática social, proporciona-lhe esta clarificação. Em cada comunidade existe uma infinidade de problemas cotidianos, que poderão transformar-se no ponto de partida e na matéria-prima de uma ação educativa inovadora.

## REFERÊNCIAS

- DUPUY, J.P. **Introdução à Crítica da Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Centauro, 2008.
- HAM, C.; HILL, M. **The Policy Process in the Modern Capitalist State**. Londres, s/e, 1993.
- MARRONI, E.V.; ASMUS, M.L. **Educação Ambiental: da Participação Comunitária ao Gerenciamento Costeiro Integrado**. Pelotas: EDUFPEL, 2003.
- MARRONI, E.V.; ASMUS, M.L. **Gerenciamento Costeiro: Uma Proposta para o Fortalecimento Comunitário na Gestão Ambiental**. Pelotas: Editora USEB, 2005.
- MOSQUERA, J.J.M. **Psicodinâmica do Aprender**. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAUVÉ, L. Uma Cartografia das Correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental: Pesquisas e Desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

WILDAVSKY, A. **Speaking Truth to Power: the Art and Craft of Policy Analyses**. Boston, s/e, 1979.